

BREVE HISTÓRIA DO PORTUGUÊS DO BRASIL

Olga Maria Guanabara de Lima
(UNIPLI)

Descobertas as terras do Brasil em 1500, pelos portugueses, os seus colonos e povoadores transportaram para elas a língua que falavam na metrópole.

Vinda de todas as partes de Portugal, essa língua (diversificada já na sua origem), de aspecto ainda conservador, primeiro se estabeleceu no litoral, influenciando-se, fundindo-se e cruzando-se com o tupi, língua falada em toda a costa brasileira e, por algum tempo, tornada língua geral do Brasil colônia. Daí foi levada para o interior, após entrar em contato com aloglotas (ameríndios e africanos que, diante de uma língua nova, tinham de aprendê-la rapidamente e de ouvido), resultando a formação de linguagens emergenciais, um português deturpado, falado e transmitido diferentemente do seu modelo.

O português brasileiro, pois, na sua constituição, é fruto de duas *derivas*: uma conservadora e, portanto, de desenvolvimento lento, o falar de uma população proveniente de vários pontos de Portugal e que, achando-se em contato com falares tão diversos, se viu obrigada a elaborar um denominador comum que não participava das mudanças da metrópole; a outra, sujeita a condições sociais próprias, que lhe imprimem velocidade inesperada, o falar dos índios, negros e mestiços, que tiveram de aprender rapidamente e de modo imperfeito a língua dos senhores.

Durante o primeiro século da colonização, a necessidade

imposta pelo contato social e interlingüístico fez com que se formasse, entre índios, negros e mestiços, uma linguagem rude (porém mais conservadora), de gente inculta, denominada *crioulo* ou *semicrioulo*, que foi disseminada pelos sertões, através da ação das Bandeiras (a partir do séc. XVII), tornando-se a linguagem popular do interior brasileiro. Passada às gerações seguintes, essa língua geral, por influência das altas classes e das escolas, foi sendo eliminada nos grandes centros, permanecendo apenas no interior, diferenciando-se, assim, lingüísticamente, o homem do interior e o do litoral do país, onde predominou a língua portuguesa.

O Prof. Serafim, parece-nos defender a hipótese da *deriviva* para a origem do português brasileiro, quando diz que “certas mudanças verificadas na linguagem rural ou dialetal do Brasil se explicam, não pela interferência ativa de qualquer substrato ou adstrato, mas por uma rápida evolução, apressada por aloglotas”. Para ele, “os fenômenos de aculturação no campo lingüístico, geralmente conhecidos com os nomes de ação do substrato, do superestrato ou do adstrato, são mais sutis e complexos do que o simples aprendizado imperfeito e tosco de uma língua imposta.” Não haveria, portanto, no português brasileiro, influência de línguas africanas ou ameríndias, mas sim conseqüências lingüísticas de uma aprendizagem tosca e rápida que fizeram os negros e os índios.

Discorda (e com certa razão) Rosa Virgínia (2001) quando, citando estudos de A. Mussa e Darcy Ribeiro, tenta provar “o papel predominante da nossa população de origem africana, como difusora do que veio a ser chamado *português popular brasileiro*, pela Sociolingüística contemporânea, em contraponto ao por ela designado *português culto brasileiro*.” Está, desta forma, defendendo a hipótese crioulista na formação do PPB. Afinal, como provam dados estatísticos, a população negra perfazia uma média de 60% da população de todo o período colonial.

Schuchardt (em citação de SILVA NETO, 1951), ao tratar do contato de línguas, observou que “a possibilidade da mestiçagem lingüística não tem, em parte nenhuma, limites; (...) Todo indivíduo aprende e modifica a sua língua em contato com uma série de outros indivíduos”.

De certa forma, a sociedade colonial brasileira estava sujeita às influências das classes sociais inferiores. No tocante à influência africana, não podemos desconhecer o seu grande papel social e lingüístico, visto que, desde a mais tenra idade, os brancos aqui nascidos eram amamentados e criados pelas mucamas negras e tinham como companheiros os filhos das mesmas. A par dessa ação urbana, temos a ação rural, no interior, onde os brancos escasseavam-se e os negros pululavam, exprimindo-se livremente em sua rude linguagem, obrigando os brancos a exprimirem-se no mesmo linguajar, a fim de se comunicarem.

Contudo, essa influência dos negros e dos índios não pôde jamais ser grande nas cidades, por faltar a eles prestígio literário e social perante o branco colonizador. Sabemos que a linguagem de qualquer sociedade reflete características próprias do falante, tais como identificação de sexo, faixa etária, escolaridade, nacionalidade, naturalidade, fatores esses que classificam socialmente um indivíduo e, por vezes, discriminam e estigmatizam o falante. No Brasil colonial, onde conviveram índios, mestiços e brancos, a classe desses últimos sempre se extremou socialmente, como classe superior. Dela prevaleceu a religião, os hábitos, a língua que, dentre todas as instituições sociais é a que mais fortemente se impõe. Desta forma, a linguagem tosca dos negros e índios só se impôs transitoriamente; contra elas reagiram os que puderam adquirir uma cultura escolar.

A princípio entregue aos jesuítas, o ensino regular atingiu novas proporções com a chegada da Família Real, quando foram criadas novas escolas, influenciando cada vez mais na

uniformização da linguagem e conseqüente diminuição dos falares regionais. Nos centros urbanos, as escolas proporcionavam a possibilidade de aquisição de um equipamento intelectual mais elevado.

A ação da escola, aliada a outros fatores, propiciou a elevação da cultura das classes médias e inferiores da população, o que coincide com a ascensão social do mestiço, fato relevante para a evolução política e literária do Brasil.

A Lei do Diretório, de 3 de maio de 1757, que tinha como um dos principais objetivos vulgarizar a língua portuguesa, também ordenava que fosse totalmente extinta a “odiosa e abominável” distinção entre brancos e índios, e facilitados e promovidos os matrimônios entre brancos e índios. Já em 4 de abril de 1755, um Alvará de Lei incentivara a mestiçagem indígena.

Quando, em 12 de maio de 1798, foi abolido o Diretório, já a língua portuguesa não era mais imposta, tinha-se expandido e sido adotada nas regiões mais tipicamente tupi.

Foi, sem dúvida, a política pombalina, proibindo o uso da língua geral, o grande fator integrador da colônia brasileira, muito embora a conquista da nossa unidade lingüística tenha sido muito mais resultado de um esforço pessoal do que oficial.

No Rio de Janeiro, essa lei e, conseqüentemente, a imposição do uso da língua portuguesa, chegam em 1758.

Fundada em 1565, com localização determinada por uma estratégia militar de defesa contra ataques franceses e indígenas, entre as montanhas e o mar de um lado e uma extensa baixada de outro, caracterizada, alguns anos depois, como cidade portuária, o Rio de Janeiro representou importante papel na economia do país, o que o elevou à categoria de capital, em 1763. Já nessa época, era alvo da migração de indivíduos vindos de várias regiões. Com a chegada da Família Real, em

1808, aumenta o seu prestígio e, em decorrência disso, a população, agora fortemente acrescida pelo contingente europeu.

Os nossos estudos não nos permitem, ainda, determinar com precisão qual teria sido a dimensão da influência da presença da Corte Portuguesa para a configuração do falar carioca. Acreditamos, contudo, que o contato interlingüístico entre os portugueses e os habitantes locais tenha gerado uma influência mútua e que as diferenças geográficas e sócio-econômicas da região, bem como a formação heterogênea de sua população tenham contribuído para que, em dois congressos nacionais, o de Língua Cantada (1937) e o de Língua Falada no Teatro (1956), a do Rio de Janeiro fosse consagrada a pronúncia padrão do Brasil.

Tentamos assim, num breve estudo, mostrar que o português brasileiro é um reflexo da superioridade cultural dos brancos sobre os negros e os índios. Diferenciada pela ação de condições geográficas e sociais, as línguas aqui faladas no período colonial (língua geral dos índios, criada pelos jesuítas, e língua geral dos negros, criada por eles mesmos), que viriam a constituir o chamado “português brasileiro”, apresentaram, a par dessa diferenciação, certa unidade lingüística, o que se coaduna com a célebre máxima “unidade na diversidade e diversidade na unidade”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTILHO, A. Para um programa de pesquisas sobre a história social do português de São Paulo. In: MATTOS E SILVA, R. V. (org.) *Para a história do português brasileiro*. Vol.II, t. 2. São Paulo: USP / Humanitas / FAPESP, 337-369. 2001.

LINHARES, M. Y. & LEVY, M. B. Aspectos da história demográfica e social do Rio de Janeiro (1808-1889). In: *L'histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930*. Paris, Centro Nacional de La Recherche Scientifique. 123-142. 1971.

MATTOS E SILVA, R. V. De fontes sócio-históricas para a história social lingüística do Brasil: em busca de indícios. In: MATTOS E SILVA, R. V. (org.) *Para a história do português brasileiro*. Vol.II, tomo 2. São Paulo, USP / Humanitas / FAPESP, 275-301. 2001.

RODRIGUES, J. H. A vitória da Língua Portuguesa no Brasil colonial. In: RODRIGUES, J.H. *História viva*. São Paulo: Global, 11-48. 1985.

SILVA NETO, S. *A Língua Portuguesa no Brasil*. Rio, Livraria Acadêmica, 5-55. 1960.

———. *As três fases da história da língua portuguesa no Brasil*. In: *Introdução da Língua Portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional. 87-119. 1951.